

* 7 ABR 1997

Mais diálogo e menos arbítrio

Duas preocupações importantes nos instigam, neste momento, a assinalar para o presidente Fernando Henrique Cardoso, e para o seu governo, algumas incongruências incompatíveis, a médio e longo prazo, com o projeto de democracia moderna e participativa em que todos nos empenhamos. Uma delas diz respeito à virtual inexistência de uma oposição esclarecida, eficaz e construtiva que ofereça ou apresente à sociedade brasileira, agora ou em futuro previsível, uma alternativa válida de poder. Ao contrário de favorecer o governo, como se poderia pensar, esse vácuo aumenta em muito suas responsabilidades e gera vulnerabilidade para a consolidação democrática definitiva que todos pretendemos.

Ninguém pode culpar o governo por esse fato, pois decorre do seu próprio sucesso, e, mais remotamente, da falência da oposição em livrar-se dos radicalismos estereis do passado e em atualizar seus programas, suas mensagens e suas formas de proselitismo. E a elas cabe superar o problema.

No entanto, isso acaba influenciando, e de forma negativa, dentro do próprio governo, minando em parte a qualidade do seu desempenho e possivelmente – essa a nossa segunda preocupação – o destino do seu projeto. Estamos falando do sentimento absolutista e até arrogante assumido de maneira disseminada, mas indisfarçável, por muitos membros da equipe governamental e que tem permitido a sobrevivência de uma das

mais reprováveis heranças do passado autoritário: a tomada de decisões à revelia da sociedade em geral, de interesses diretamente afetados, e sem grandes considerações e cuidados para com suas repercussões. As forças vivas da sociedade – empresários, trabalhadores, agricultores, intelectuais – têm sido ignoradas e até afastadas dos conselhos e das representações de que dispunham dentro de órgãos governamentais. A participação e a audiência da sociedade civil em

**O governo
precisa
melhorar seus
mecanismos
de consulta
à sociedade**

idéias, propostas, projetos e mesmo em decisões dos seus governantes não são uma quimera ou perfumaria. São a pedra angular do procedimento efetivamente democrático, institucionalizada e operacional nos países civilizados.

A falta disso tem resultado na recorrente reforma, modificação, suspensão, correção ou mudanças de objetivos de medidas defeituosas que, ao contrário de contribuírem para aperfeiçoamento institucional e infundirem respeito pela administração pública, geram desorientação, confusão, insegurança e instabilidade. Os exemplos são frequentes, mas citamos apenas a recente contradição de um governo que na reunião da Alca, no Recife, buscou e conseguiu liderar os parceiros do Mercosul no cerceamento das pretensões do governo americano, e que, dias após, produz uma perigosa crise com os mesmos par-

ceiros através de uma MP nitidamente desastrosa e desavisada, fruto de auto-suficiência e da falta de visão de conjunto.

Ora, exatamente porque tem sido inegável, para a maioria dos brasileiros, entre os quais nos incluímos, o sucesso do governo de Fernando Henrique Cardoso na correção de grandes dificuldades herdadas do passado recente – a inflação sendo a mais visível, mas não a única e apenas uma das maiores – e na melhoria das perspectivas da sociedade brasileira como um todo, é que nos parece inaceitável e intolerável o risco de não se desfazer das práticas de tratar essa sociedade, suas lideranças e suas elites como entes imaturos, ignorantes e inerentemente suspeitos.

Essas práticas devem ser definitivamente aposentadas e o governo precisa pensar com urgência na montagem de um mecanismo institucional que desenvolva um diálogo saudável e transparente com representações das atividades produtivas, culturais e intelectuais da sociedade, a exemplo do que poderiam ter sido as câmaras setoriais. Sem dúvida, sempre haverá medidas e providências que não poderão mesmo desfrutar de transparência antecipada, mas a solução é restringi-las ao mínimo absolutamente necessário. E, além disso, o conhecimento das peculiaridades e problemas de cada setor de atividade, que o governo possa obter em audiências públicas habituais e bem-organizadas, sempre servirá para que mesmo as medidas necessariamente sigilosas sejam de melhor qualidade e menos confusas. ■